

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### REQUERIMENTO Nº       , DE 2018

(Do Sr. GLAUBER BRAGA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a política de remoção de moradores de comunidade em área da União.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a política de remoção de moradores de comunidade em área da União.

Para a referida audiência pública sugerimos os seguintes nomes, deixando em aberto para eventuais indicações:

Ministério das Cidades;

Secretaria de Patrimônio da União;

Fundação Jardim Botânico;

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Parque Nacional da Tijuca;

Comando da Aeronáutica;

Advocacia-Geral da União;

Procuradoria-Geral da República;

Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Ministério da Defesa;

Brigadas Populares;

Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST;

Federação das Favelas do Rio de Janeiro;

Comunidade do Horto – RJ;

Rádio Sonda/Maracajás – RJ;

Comunidade de Araçatiba – RJ;

Comunidade da Indiana – RJ;

Comunidade da Vila Hípica – RJ;

Comunidade da Vila Universitária da UFRJ.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Objetivo deste Requerimento é discutir dentro da Política Habitacional brasileira o problema relacionado às remoções em terras de propriedade da União. O problema habitacional brasileiro é recorrente. As ocupações sem dúvida são instrumentos legítimos para reivindicação do direito à moradia.

O Estado, não pode ser negligente ao tratar dessa temática sob pena de penalizar ainda mais setores sociais historicamente desrespeitados. Existem comunidades no Estado do Rio de Janeiro que estão ocupadas por anos e ainda não se tem uma solução definitiva que contemple as famílias que lá estão. As ocupações devem ser vistas pelo Estado como uma questão social. As famílias que lá estão não fazem essa opção porque gostam de morar em lonas e em locais sem a menor infraestrutura básica, fazem por necessidade, fazem pela falta de emprego que a cada dia bate recorde, fazem porque não conseguem pagar aluguel. Fazem porque não tem outra opção.

Cabe salientar que a especulação imobiliária é um dos fatores que mais afetam a luta por moradia, terrenos desocupados por décadas em regiões centrais não servem para outro fim a não ser o interesse econômico. Não é aceitável.

Nesse contexto, o que deve prevalecer é o interesse de uma integração social entre o poder público e a necessidade das famílias envolvidas. No Rio de Janeiro, existem comunidades ocupadas por décadas e ainda sem solução. Esse não é um problema exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, outros Estados da Federação estão na mesma situação.

Diante disso, entendo oportuno e relevante debater essas questões.

Sala das Comissões, em            de            de 2018.

Deputado GLAUBER BRAGA